

HÉLIO PELLEGRINO¹

HÉLIO PELLEGRINO

HÉLIO PELLEGRINO

Heitor O'Dwyer de Macedo²

Resumo: Este texto resgata algumas memórias do autor durante o período de golpe de Estado no Brasil, especialmente suas relações de amizade com o psicanalista Hélio Pellegrino, destacando suas importantes ações nesse sombrio cenário político.

Palavras-chave: Golpe de Estado. Tortura. Psicanálise.

Abstract: This text recalls some of the author's memories during the period of the coup d'état in Brazil, especially his friendship with the psychoanalyst Hélio Pellegrino, highlighting his important actions in this dark political scenario.

Keywords: Coup d'état. Torture. Psychoanalysis.

Resumen: Este texto rescata algunos recuerdos del autor durante el período del golpe de Estado en Brasil, especialmente su amistad con el psicoanalista Hélio Pellegrino, destacando su importante actuación en ese sombrio escenario político.

Palabras clave: Golpe de Estado. Tortura. Psicoanálisis.

No meu consultório, a foto ao lado da de Freud é de Hélio Pellegrino, psicanalista brasileiro. Para mim, o Hélio está, de certa forma, na origem de tudo. De minha relação com a psicanálise, certamente, mas sobretudo de minha relação comigo mesmo. Ele foi meu pai simbólico.

Fiquei sabendo da morte do Hélio no dia do lançamento do livro sobre o **Encontro Latino-Americano de Psicanálise**, que organizei, em parte, em sua homenagem. O título do livro é *Le psychanalyste sous la terreur*, 1986, Matrice- Rocinante, 364 páginas (*O psicanalista sob o terror*, infelizmente ainda inédito no Brasil).

Ele tinha morrido na véspera. Foi sua esposa quem me telefonou para dar a notícia. Recebi a ligação imediatamente antes de sair para a coletiva de imprensa. Eu não conseguia parar de chorar.

O relato de sua morte é um desses “contos fantásticos” da literatura latino-americana, de que ele tanto gostava. Não sei quem inventou essa “denominação”, se foi Cortázar ou Carpentier. Para mim, ela condensa as alianças dos contrastes excessivos do continente: a miséria com a generosidade absoluta, a dureza da realidade com uma confiança a toda prova

¹ Este texto foi originalmente publicado na França, no meu livro *Lettres à une jeune psychanalyste*, em 2008, pela Editions Stock. A tradução do livro e, portanto, deste texto, excepcional, foi realizada por Cláudia Berliner e publicada pela Editora Perspectiva em 2012. Para a atual publicação, revi alguns detalhes e mudei a enunciação.

² Psicanalista brasileiro, reside na França desde 1968, onde possui marcante presença junto a várias instituições de saúde mental e de formação em psicanálise. E-mail: hdemacedo@orange.fr

na vida, a inteligência mais fina com a crença mais tola, as tradições antigas com a técnica de ponta, a violência mais selvagem com a solidariedade, a ternura e o humor.

Hélio tinha sido internado em caráter de urgência por causa de uma síndrome cardíaca de risco. Ele era o homem de todas as intensidades, de todas as lutas, de todas as generosidades, de todas as paixões, de todas as intransigências, de todas as festas. Mas como ele já tinha tido dois infartos – provavelmente por causa das tensões vividas sob a ditadura militar –, os amigos ficaram preocupados. Contudo, a clínica era excelente, o médico, um cardiologista de renome, amigo de Hélio, e ele tinha se internado aos primeiros sinais de risco. Com efeito, três dias depois, Hélio estava fora de perigo e todo mundo aliviado. E então tomaram a decisão, vá saber por quê, de suspender, passada uma semana, a administração intravenosa de medicamentos – decisão contrária a todos os protocolos num quadro clínico como o dele – e o Hélio tem uma parada cardíaca e morre. O absurdo, a idiotice da morte. Concordo com um amigo comum que diz que essa estupidez era a de todos nós que, por egoísmo, tínhamos decidido que o Hélio jamais morreria, por ser totalmente insubstituível.

Durante várias semanas fiquei profundamente deprimido. Até o dia em que me ocorreu a ideia de que uma vida não era suficiente para transmitir tudo o que o Hélio tinha me dado, para honrar minha dívida. E esse pensamento me encheu de alegria e me devolveu o desejo. E me deu tanto mais alegria porque poderia ter sido um dos pensamentos dele.

Estava, evidentemente, pensando na minha dívida pessoal, íntima, para com ele. Mas ela se sobrepunha a outras. Com a de minha geração, que foi a primeira geração assassina da junta militar depois do golpe de Estado que ocorreu no Brasil em 31 de março de 1964. Com a de todos os intelectuais e artistas brasileiros da época, para quem o Hélio, pelo exemplo de sua coragem e de sua integridade, foi um apoio, uma referência. A todos nós ele ensinou o método de combate contra a ditadura com as únicas armas de que dispúnhamos perante a brutalidade: o pensamento e a indignação. Ele confrontava o poder militar com as leis que esse mesmo poder promulgava, propunha-lhe o desafio impossível de fazer coincidir com a verdade o que a propaganda oficial divulgava como sendo sua imagem.

No momento do golpe de Estado, Hélio já era um pensamento de referência: psicanalista didata admirado por seus pares, poeta, ensaísta, editorialista em jornais nacionais. Visceralmente democrata, respeitoso de todas as liberdades e de todas as diferenças, respeito arraigado numa prática clínica fecunda, ele teria feito sua a exclamação de Unamuno aos fascistas espanhóis: “Sou absolutamente contra o que vocês pensam, mas daria a vida para que tenham o direito de dizê-lo”.

Homem de esquerda e cristão, gostava de alguns intelectuais de direita que o tratavam bem. Portanto, embora não fosse um intocável – ninguém o é num regime totalitário –, sua tolerância e sua liberdade de julgamento tinham feito dele alguém indispensável. Ou melhor, com sua coragem e sua energia, ele soube utilizar os trunfos de que dispunha. E aconteceu a história do torturador.

Num fórum de reflexão sobre a clínica psicanalítica, organizado por Hélio e aberto ao público – o que significa que devia haver agentes da polícia política na plateia –, Hélio está apresentando as atividades de sua Clínica Social de Psicanálise quando um jovem o interpela: “Hélio, o que você faria se soubesse que um dos seus colegas psicanalistas é o médico de um centro militar de torturas?” Hélio: “Faria tudo o que estivesse ao meu alcance para que ele fosse punido”. “Então eu o informo de que um de seus colegas esteve presente nas minhas sessões de tortura, bem como na de meus camaradas.” Hélio: “Você acaba de fazer publicamente uma denúncia de extrema gravidade”. “E você fez solenemente uma declaração que me enche de esperança.” Hélio: “Eu a mantenho”. Começava o caso Lobo.

Amílcar Lobo, aluno psicanalista e torturador, estava em análise com o presidente da Sociedade do Rio de Janeiro, sociedade à qual Hélio pertencia. Homem de direita e bom

tático, esse presidente conseguiu que fosse votada a expulsão de Hélio da Sociedade, sob pretexto de que suas declarações públicas e seus artigos prejudicavam a imagem do grupo.

A maioria dos membros nada fez. Outros, próximos de Hélio, embora permanecessem solidários com a sua batalha política, tinham reservas quanto ao tom adotado e não estavam muito longe de pensar que antes de divulgar os fatos teria sido melhor tratar da questão no seio da Sociedade, entre psicanalistas. É importante lembrar que a discussão dessas sutilezas se dava num contexto em que a denúncia dos crimes do aparelho militar tornava você passível de ser morto. E, de fato, Hélio recebia ameaças de morte – contra ele e contra sua família.

Como ele aguentou? Havia os amigos e os familiares – e Hélio tinha muitos amigos corajosos. Isso ajuda, mas não basta. Então, como se faz para aguentar numa situação dessas? A chave está na relação que se mantém com a ambição. Segundo Hannah Arendt, os alemães que se opuseram ao nazismo fizeram-no simplesmente porque não desejavam viver o resto de suas vidas com um assassino no seu mundo interno. Creio que uma verdadeira ambição é algo tão simples e essencial quanto isso. Atos considerados por vezes como extraordinários são, do ponto de vista de quem os realiza, geralmente uma necessidade subjetiva evidente, sem o que o sujeito já não poderia se amar ou se sentir digno diante dos filhos. Nessas circunstâncias, a solidão é um dado tanto mais inevitável, um bom dado, quanto mais ela lança suas raízes na força do que constitui o desejo que nos faz existir. Também a questão do risco deve ser considerada em função dessa necessidade subjetiva. Morrer, ficar sem trabalho ou isolado de um grupo de pertença é para algumas pessoas menos perigoso do que um compromisso que negasse o sentido de um engajamento vital, ou traísse a fidelidade a uma comunidade. A experiência mostra: quem tenta o compromisso impossível entre um pensamento ético e a violência institucional nunca teve realmente um pensamento para defender.

A solução genial encontrada por Hélio foi encarregar a justiça militar de julgar o caso. Sua argumentação era simples: como não o acusavam de nenhuma falta na condução de seus tratamentos, como, muito pelo contrário, os considerandos da exclusão reafirmavam suas qualidades de clínico e de formador, essa decisão se fundava em motivos que não eram da competência de uma sociedade de profissionais. Já que a lei fora convocada, já que as autoridades militares responsáveis estavam investigando a veracidade dos fatos, cuja extrema gravidade, se confirmada, afetaria a honra das forças armadas, a sociedade profissional era obrigada a aguardar o resultado das investigações, a suspender a decisão de exclusão e a reintegrar o membro em todas as suas funções e em todos os seus direitos. Hélio obteve ganho de causa. Na época, raros eram aqueles que, apelando à justiça militar, não teriam se rebaixado para todo o sempre. Era preciso a autoridade moral de Hélio, mais todo o humor de que ele era sabidamente capaz, para que a decisão da justiça rebaixasse e cobrisse de ridículo todos aqueles que tinham tentado excluí-lo. As acusações contra Amílcar Lobo revelaram-se procedentes.

Não era a primeira vez que Hélio se erguia vigorosamente contra o poder militar. Em 1966, houve, no Rio de Janeiro, que ainda era a capital cultural, uma gigantesca manifestação que reuniu cem mil pessoas, a primeira no país depois do golpe de Estado.

Esta manifestação era um protesto: o exército tinha mandado suas tropas contra os estudantes que ocupavam um restaurante universitário para protestar contra as condições de seu funcionamento. Os soldados atiraram e um estudante morreu, ele se chamava Edson. A manifestação exprimia a revolta contra tal boçalidade. A indignação era imensa. O medo também. Medo de que a repressão se tornasse ainda mais selvagem – o que de fato aconteceu, mas somente dois anos depois. Temia-se que policiais civis infiltrados na manifestação a fizessem degenerar em carnificina, que a tensão em que todos vivíamos encontrasse uma válvula de escape numa violência delinquente.

Mas tudo transcorreu bem. Uma verdadeira aula de civismo. Em grande parte graças a Wladimir Palmeira, dirigente estudantil, calmo, firme, cheio de humor. Na metade do per-

curso, momento inesquecível, Wladimir Palmeira para a multidão: “E agora, meus amigos, calmamente, sem precipitação, em honra e em memória de Edson, vamos queimar a bandeira dos Estados Unidos”. E, na calma, a bandeira dos Estados Unidos foi queimada – os Estados Unidos, cujo governo tinha apoiado o golpe de Estado militar e apoiava o regime, cujos sucessivos governos planejaram a derrubada e o assassinato do presidente Allende, a instalação do terror no Chile, na Argentina e no Uruguai.

O trajeto da manifestação terminava na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que dá para uma esplanada muito vasta. Diante da porta, no alto da escada, um palanque tinha sido instalado num equilíbrio precário. Hélio era o primeiro orador. Grande tribuno, encontrou as palavras simples, as palavras justas para falar da criança assassinada, para se dirigir à criança assassinada.

Hoje, mais de cinquenta anos depois, o que mais me espanta é como, para mim – assim como para todos os intelectuais da época –, não havia nada de excepcional em que aquele que era unanimemente reconhecido como o grande clínico da psicanálise fosse o principal orador do primeiro ato de resistência à ditadura. Também não havia nada de surpreendente em ler, alguns dias depois, no jornal, um artigo de Hélio sobre Bergman, ou sobre uma peça de teatro, ou sobre um livro, ou sobre uma exposição de pintura. Na época, na cidade latino-americana, não havia diferença entre a psicanálise, a coragem e a necessidade de pensar, a exigência de criatividade máxima e o engajamento permanente no mundo. Não havia diferença entre a psicanálise e a vida. O psicanalista não era aquele que sabia tudo sobre tudo; muito pelo contrário, ele era simplesmente um intérprete – como um músico, um poeta, um político, um pintor, um cineasta, um jornalista. Não se esperava que sua interpretação do mundo fosse mais importante que qualquer outra. Sua interpretação era insubstituível, como todas as outras, porque testemunhava uma prática de pensamento e uma prática de paixão precisas, que reconhece o inconsciente como um fato.

Hélio foi o intérprete psicanalista incansável do mundo em que viveu, do tempo que atravessou, da cidade em que morava. Se muitos artistas e psicanalistas latino-americanos dos anos 1960 foram dignos da definição do intelectual sartriano, Hélio, sem dúvida nenhuma, o encarnou de maneira exemplar. Com uma disponibilidade que sempre conservou para mim sua dimensão enigmática. Como é que ele engendrava o tempo para acolher tantas demandas, solicitações, como a proposta rocambolesca de trabalho feita por aquele moleque de dezesseis anos que uma noite apareceu na casa dele? Proposta que ele aceitou, é verdade, com uma condição: “Que você comece uma análise com alguém que eu vou indicar para que a sua desmedida se mantenha do lado da vida”.

No seu modo de encontrar a pluralidade das práticas de pensamento, havia em Hélio a paixão do enamorado, a fulgurância do poeta psicanalista e a modéstia do artesão que sabe o tempo que exige a invenção do detalhe, sem o que nada funciona.

Como intérprete da política, ele inventará, com Glauber Rocha e seis outros intelectuais importantes do país, uma conferência na porta do hotel Gloria, situado no centro do Rio, no exato momento em que se reuniam os ministros da Organização dos Estados Americanos – a OEA. Diante dos jornalistas nacionais e estrangeiros, durante quase uma hora e meia, foram denunciados o atentado às liberdades fundamentais, a pobreza, a falta de visão de curto e de longo prazo do regime. Evidentemente, eles foram todos presos pela polícia política e transferidos para um quartel durante oito dias, antes de serem libertados. O caso fez muito barulho no país – ainda havia uma imprensa corajosa – e teve uma grande repercussão internacional. Mas o mais importante era a lição de resistência: se um grupo de oito pessoas podia desestabilizar o regime, isso queria dizer que a organização de uma oposição ativa não era uma quimera.

A paciência do artesão, a fulgurância do poeta e a paixão do enamorado se condensaram no projeto da Clínica Social de Psicanálise. Para Hélio, tratava-se de socializar o

conhecimento do inconsciente, de levá-lo para a cidade, ou seja, de integrar aquele conhecimento a uma prática social. Escolheu instalá-la numa favela, onde vivem aqueles que estão nas bordas da sociedade e onde predominam a precariedade, a pobreza, a miséria, as violências, mas também o samba e grandes esperanças. A equipe de analistas era composta de profissionais com boa experiência clínica. Cada analista trabalhava, se minha memória não falha, quatro horas por semana. Ninguém era pago. No começo, a questão era ser aceito, determinar seu lugar em relação a outros agentes já presentes, como as curandeiras, com quem muito rapidamente se estabeleceu uma cooperação. Entre os psicanalistas havia alguns médicos e, como a política de saúde nos países subdesenvolvidos era inexistente, foi preciso ser médico antes de ser psicanalista. Com o tempo, porém, os lugares e as funções ficaram bem definidos e reconhecíveis pela população da favela: o lugar da curandeira, o lugar do médico, o lugar do psicanalista. Michel Foucault, que visitou a Clínica Social, considerava-a a experiência antropológica mais importante do século XX.

Quando decidi promover a reunião em Paris dos psicanalistas que tinham trabalhado durante os regimes de terror no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile, eu tinha dois motivos. O primeiro era que aquela reunião fosse uma homenagem a Hélio Pellegrino. À bela pessoa que ele era, encarnação do psicanalista cidadão, do resistente. E também ao criador da Clínica Social, pioneira na tentativa de inscrever na cidade o fruto das pesquisas sobre o inconsciente e, assim fazendo, fornecer os meios para ampliar o campo do possível, para tornar o encontro com a realidade mais criativo, para transformar o encontro com o real numa experiência humanizadora.

O segundo motivo era inscrever num livro – a ideia do livro já existia desde o começo – as bricolagens teóricas por meio das quais esses psicanalistas puderam realizar seu trabalho, e inscrevê-las muito rápido, antes que fossem recalçadas.

Hélio ficou entusiasmado com a ideia desse projeto. Eu sonhava grande. Queria que esses psicanalistas fossem recebidos em Paris como as pessoas excepcionais que eram. Que a viagem deles fosse paga, evidentemente, e que fossem acolhidos como príncipes – o que foi possível graças à inteligência da Sra. Danièle Mitterrand, presidente da Fundação França, que entendeu a importância do evento.

Juntos decidimos que, para cada país, escolheríamos um psicanalista cujo trabalho conhecíamos e que proporia os colegas que considerava exemplares.

Para a Argentina, Diego García Reinoso e sua esposa, Gilou Garcia Reinoso, era uma obviedade. Exilado no México, voltou a Buenos Aires com a mulher, arriscando a própria vida, para instalar uma equipe clínica para o apoio terapêutico para as mães da Praça de Maio, as camadas *Loucas*. Diego, assim como Hélio, contribuiu muito para que a psicanálise se situe no cruzamento entre literatura e política. Em ambos, a aliança entre o político e o psicanalítico não se dava a partir de um projeto político, mas a partir da clínica do tratamento. Na perspectiva deles, não se tratava de injetar o político na prática da psicanálise, mas o sujeito no pensamento sobre o poder. Que o político reconheça o singular poderia ser uma via de acesso, indireta mas eficaz, para que a questão do inconsciente fosse levada em conta na aplicação dos projetos sociais.

Dois exemplos sobre os efeitos na cidade dessa concepção das coisas. Na Argentina, durante o terror, quando descobriam que um militante político detido estava em análise, torturavam o analista para obter outros nomes. Um psicanalista que aceitava atender um militante certamente atendia outros. Em outras palavras, para o poder terrorista, um psicanalista que faz seu trabalho de psicanalista era tão perigoso quanto o militante da luta armada.

Segundo exemplo: na chamada manifestação “dos cem mil” no Rio, que mencionei acima, um amigo dirigente estudantil falou de forma muito comovente. Ele sempre foi um grande orador, mas, naquele dia, suas palavras eram puro cristal. Ao descer do palanque, estava

transtornado. Abracei-o e lhe disse que ele tinha sido magnífico. Ele me respondeu: “Eu sei, acabei de matar meu pai” (que era um militar ligado à repressão). Do singular ao universal.

A preparação do Encontro Latino-Americano de Psicanálise demandou mais de três anos. Para mim, era uma necessidade absoluta. Eu festejava a ideia de que Hélio e Diego fossem se encontrar. Esse encontro nunca ocorreu. Dez dias antes do começo do Encontro, recebi um telefonema do Hélio. Fatos graves na sua vida privada o impediam de sair do Rio.

O Encontro Latino-Americano de Psicanálise foi como todos desejamos: uma festa do pensamento durante uma semana. Pouco tempo depois, morreu. Vários infartos seguidos, logo depois de o governo Alfonsín ter anistiado os generais assassinos.

Hélio gostava do título que dei ao livro que reúne todos os textos apresentados e as discussões: *O psicanalista sob o terror*. Concordou que fosse dedicado à memória de Diego. Vamos festejar a publicação com nossas mulheres e nossos amigos, em Paris e no Rio. Fazia vinte e oito anos que eu o amava.